O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VII | Volume 24 | Nº 71 | Boa Vista | 2025

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.17645000

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

NA TRAMA DAS REDES SOCIAIS: ATIVISMO FEMININO E A EMERGÊNCIA DO PROTAGONISMO DAS MULHERES A PARTIR DA TEORIA DA SUBJETIVIDADE

Ana Laura Brasil Peralta[1]

Wilsa Maria Ramos[2]

Resumo

Este ensaio teórico tem por objetivo analisar a ação ativismo de mulheres em prol de causas sociais, bem como discutir como a lógica do neoliberalismo por si, pode tensionar o sistema da formação subjetiva, abrindo-se novas vias de subjetivação em prol do agenciamento do indivíduo. Como problema trazemos o paradoxo de que, por um lado, as redes sociais são espaços de colonização dos dados gerados em contextos de manipulação ideológica e simbólica, por outro, se abrem para a potência da produção simbólico-emocional. A fundamentação teórica baseia-se na Teoria da Subjetividade e contrapõe-se a visões deterministas que enfatizam apenas a modulação algorítmica dos comportamentos humanos. Em termos metodológicos, trata-se de um estudo teórico-crítico baseado na leitura reflexiva de autores(as) atuais e clássicos que têm desenvolvido os temas neoliberalismo, modulação algorítmica, ativismo digital feminino e Teoria da Subjetividade. Os resultados demonstram que as mulheres ativistas digitais têm encontrado alternativas nestes espaços conectivos para emergirem como sujeitas, podendo gerar novas vias de subjetivação na subversão de padrões e discursos normativos hegemônicos ou lançar mão da estética ativista como estratégia de ascensão a outras classes e espaços sociais, na tentativa de uma emancipação individual. Concluímos que nas redes sociais não há somente a modulação de comportamentos e percepções, mas, concomitantemente, há possibilidade de tensionamento e transgressão do sistema normativo de espaços sociais para além das redes.

Palavras-chave: Ativismo Feminino Digital; Modulação Algorítmica; Neoliberalismo; Redes Sociais; Teoria Da Subjetividade.

Abstract

This theoretical essay aims to analyze the activist actions of women in support of social causes, as well as to discuss how the logic of neoliberalism itself can create tension within the system of subjective formation, opening new pathways for subjectivation that favor individual agency. The central problem addresses the paradox that, on one hand, social networks are spaces for the colonization of data generated in contexts of ideological and symbolic manipulation, while on the other, they open possibilities for the potential of emotional symbolic production. The theoretical foundation is based on the Theory of Subjectivity and opposes deterministic views that emphasize only the algorithmic modulation of human behavior. In methodological terms, it is a critical-theoretical study based on reflective reading of contemporary and classic authors who have developed themes such as neoliberalism, algorithmic modulation, digital feminist activism, and the Theory of Subjectivity. The results demonstrate that women digital activists have found alternatives within these connective spaces to emerge as subjects, either generating new pathways of subjectivation through the subversion of hegemonic normative patterns and discourses or utilizing activist aesthetics as a strategy for ascent to other social classes and spaces in pursuit of individual emancipation. We conclude that in social media, there is not only the modulation of behaviors and perceptions but also the possibility of challenging and transgressing the normative system of social spaces beyond social media.

Keywords: Algorithmic Modulation; Digital Feminist Activism; Neoliberalism; Social Media; Theory of Subjectivity.

[1] Doutoranda em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: albrasilperalta@gmail.com

[2] Professora da Universidade de Brasília (UnB). Doutora em Psicologia do Desenvolvimento. E-mail: ramos.wilsa@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as narrativas sobre as tecnologias generativas, produzidas pelas grandes corporações tecnológicas (*big techs*), têm perspectivado um cenário em que as soluções globais para a humanidade são de base tecnológica. Esse movimento de cunho determinista tecnológico relega o indivíduo a uma posição subalternizada, acrítica, de anulação de seu protagonismo, negando a singularidade e a historicidade do ser humano.

Neste contexto, as redes sociais, embora, sejam constituídas, virtualmente, por campos comunicacionais, semióticos, abertos à liberdade de expressão, paradoxalmente, são organizadas por algoritmos que atuam como preceptores de dados para moldar experiências de usuário(a) para fins comerciais e de vigilância. O desenvolvimento tecnológico e mercadológico, criado por 7 oligarquias multinacionais (Alphabet/Google, Amazon, Apple, Meta, Microsoft, NVidia e Tesla), visa o controle e o lucro por meio da venda dos dados gerados por qualquer interação mediada pelos muitos dispositivos tecnológicos. Somente essas empresas têm acesso a determinados dados dos usuários, mantendo a opacidade algorítmica, sem transparência dos processos internos. Em suas funções primordiais, produzem conteúdos geradores de maior engajamento, tornando-se vetores que criam normas, valores, comportamentos, para influenciar indivíduos e coletividades, atribuindo obrigações, permissões, restrições e recursos às ações humanas, de modo quase não identificável.

Nessa cosmovisão advinda das transformações tecnológicas dos últimos 20 anos, o indivíduo é reduzido ao papel de consumidor, cujo comportamento e percepção são manipulados por algoritmos, enredando-o em um sistema configuracional racional, neoliberal e de cunho individualista.

Para além desta narrativa homogeneizante, outras perspectivas teóricas e epistemológicas da psicologia e áreas afins opõem-se a essas rotulações universais e deterministas dos comportamentos humanos, que simplificam a complexidade dos processos existenciais e das condições humanas, de raça, classe social, gênero, religião entre outras. Sendo assim, adotamos como referencial teórico a psicologia cultural-histórica da Teoria da Subjetividade que compreende que a historicidade das transformações sociais está na base da compreensão da realidade social, que é constituída subjetivamente e historicamente em espaços interativos, por indivíduos, grupos sociais e instituições, que não se esgotam na macro visão da internet.

Para problematizar a discussão, trazemos o paradoxo que se por um lado as redes sociais são espaços de colonização dos dados gerados em contextos de manipulação ideológica e simbólica, por outro se abrem para a potência da produção simbólica emocional, geradora de sentidos subjetivos, como

processo de agência e subversão do sistema normativo por indivíduos e grupos, nos diferentes contextos de suas vidas.

Desta forma, pretendemos discutir criticamente a noção de que os fenômenos de colonização dos dados nas redes sociais não são externos e determinantes de comportamentos e percepções. Os fenômenos sociais são parte constitutiva das configurações subjetivas contemporâneas que se expressam em produções subjetivas singulares de indivíduos e grupos sociais situados histórica e culturalmente.

O ensaio tem por objetivo analisar a ação ativista de mulheres em prol de causas sociais, bem como, discutir como a lógica do neoliberalismo por si, pode tensionar o sistema da formação subjetiva, abrindo-se novas vias de subjetivação em prol do agenciamento do indivíduo. A subjetividade, desde a perspectiva cultural-histórica, representa a capacidade autogeradora dos seres humanos, a qual não se limita aos instintos e as condições dadas de existência. Não há linearidade entre os eventos e as condições sociais e as produções das pessoas e grupos. A produção subjetiva constitui-se pela dimensão simbólica emocional configurada em espaços sociais gerador de sentidos subjetivos que expressam a subjetividade individual e social, forjada por indivíduos e grupos em contextos concretos da cultura.

Em termos metodológicos, escolhemos o ensaio teórico crítico construído a partir do tema do ativismo feminino nas redes sociais como a expressão da emergência do sujeito em espaços normativos regidos pelos algoritmos. Esse tema toma parte na tese de doutorado da primeira autora. A tese hipotetiza que as redes sociais não são exclusivamente espaços de controle e de subalternização de comportamentos e subjetividades, mas, também são tensionadores de produções subjetivas mobilizadoras de transformações sociais. A tese está em fase de planejamento da pesquisa de campo, com parecer aprovativo consubstanciado pelo Comitê de Ética do Conselho Nacional de Saúde sob o número 5.741.750.

Para a análise, interpretação e construção de conhecimentos no campo de estudo, selecionamos os autores atuais e clássicos que têm desenvolvido o tema sobre os algoritmos, colonização de dados e as novas formas de democracia, baseado na bibliografia e em outras literaturas recomendadas pela disciplina “Tecnopolítica e democracia digital: poder, algoritmos e políticas públicas” da Universidade de Brasília, e também por meio de revisão de literatura sobre o tema ativismo digital feminino. Por fim, vale esclarecer que fazemos parte do Grupo de Estudos da Teoria da Subjetividade de González Rey (https://fernandogonzalezrey.com/) e portanto, temos acesso a toda a literatura sobre o tema. O ensaio privilegiou o diálogo polifônico com autores do campo da engenharia de redes, computação, filosofia computacional, e de autoras e autores que estudam o ativismo digital das mulheres, como, produção singular, subversiva, complexa, bem como autores que discutem a subjetividade humana constitutiva do indivíduo como um processo histórico, político, social e cultural.

O ensaio aborda os construtos teóricos sobre as dinâmicas complexas que estão na base relacional da pessoa e das redes sociais e da pessoa e dos sistemas informatizados, algorítmicos. Traz questões contemporâneas do debate das formas atuais de poder e controle da sociedade, tratando dos temas da biopolítica, a psicopolítica e o capitalismo de vigilância etc., e particularmente, as abordagens de autoras e autores que investigam a agência de mulheres no ativismo digital, articulando com os conceitos de subjetividade social e individual da Teoria da Subjetividade. E para tanto, se organiza em 3 seções. A primeira, "Os sistemas de modulação, os sistemas algoritmos e o *big data*: novas formas de poder e controle na sociedade". Nesta seção, tratamos das barreiras, do que restringe a visão e percepção das pessoas, como os sistemas de filtros de modulação, os sistemas algoritmos e o *big data* provocadores de um conjunto de sintomas ocasionados pela vigilância do capital, autoexposição como processos já naturalizados no seu modo de vida atual. A segunda seção "As redes sociais e o ativismo feminino como movimento de resistência de coletivos" trata da dinâmica do ativismo digital feminino, bem como dos tensionamentos e contradições das redes sociais como favorecedores da emergência do(a) sujeito(a), como estratégias de resistência aos sistemas algorítmicos.

OS SISTEMAS DE MODULAÇÃO, OS SISTEMAS ALGORITMOS E O *BIG DATA*: NOVAS FORMAS DE PODER E CONTROLE NA SOCIEDADE

Em 2024, mais de 5 bilhões de usuários participaram das redes sociais ao redor do mundo, segundo estimativa da empresa Statista (2025). As redes sociais são plataformas *online* altamente interativas por meio das quais indivíduos e comunidades compartilham, co-criam, discutem e modificam conteúdos gerados pelos(as) próprios(as) usuários(as) (KROSS *et al*., 2021). A hiperconexão, resultante da disponibilidade de redes inalámbricas, produz uma intensa fluidez nas interações, gerando labirintos hipertextuais, atualmente, associados aos algoritmos e as inteligências artificiais como artefatos da cultura que crescem e se multiplicam impactando em novas formas de relação ser humano-máquina. As plataformas digitais não apenas mediam interações, mas são espaços conectivos (eletrônicos) permeados por subjetividades sociais e individuais, que tem a potência de gerar desenvolvimento humano, inclusão social baseado em movimentos sociais, locais, regionais e internacionais.

Os recursos tecnológicos avançados, como as IAgen, cobram um preço caro dos(as) usuários(as). Em seu processo produtivo mercadológico, são criadas e disseminadas por oligarquias que, de forma complexa e sutil, visam o controle e o lucro por meio da venda dos dados gerados por qualquer interação mediada pelos muitos dispositivos tecnológicos (ZUBOFF, 2018; SILVEIRA, 2018). Nos espaços geopolíticos, típicos das plataformas digitais, se constroem movimentos ideologizantes antidemocráticos,

de exclusão e opressão, de discurso do ódio, cancelamento e de privilégios etc., muitas vezes com intervenção restrita do Estado. Desvela-se aqui que as redes digitais não são neutras, incorporam ideologias e reproduzem o sistema social hegemônico vigente.

A monetização das redes sociais frente ao contingente de audiência de plataformas evidencia uma lógica "laboral" configurada subjetivamente como um contrato de venda de si, transformando-se em um produto comercializável nas prateleiras da *web*, inflando o ego e sendo seduzido pelo fascínio da exclusividade dos *likes* e números de seguidores Para González Rey e Mitjáns Martínez (2025, p. 82):

> [...] o indivíduo se aliena da procura de um caminho próprio, para focar na procura de outro caminho, onde a sorte, a oportunidade e a avaliação dos outros são os elementos definidores de si mesmo, e não as qualidades, o esforço ou a capacidade da pessoa em questão.

A alienação social é um estado de mobilização dominante, no qual o indivíduo perde a conexão com a sua identidade e fica à mercê dos jogos exteriores, da vaidade, da desejabilidade gerada pela colonização de dados, orientando o comportamento do(a) usuário(a) *online* e *offline*. Para Mendonça, Filgueiras e Almeida (2023, p. 21) os algoritmos são instituições do sistema sociotécnico e possuem uma ação de amplo espectro social:

> (...) são elementos que fornecem uma mediação contínua entre as estruturas e a capacidade de ação dos seres humanos. Os algoritmos possuem uma dimensão estrutural, na medida em que restringem a ação e delimitam cursos de ação, mas também promovem a agência e são afetados pela ação, à medida que os seres humanos reinventam formas de interagir com os sistemas e com outros seres humanos por meio deles.

No uso de atratores, de acordo com Galpin (2022), as redes sociais proporcionam uma disruptura com as mídias de comunicação tradicionais que as antecedem, por ser intrinsecamente participativa e promotora de interação em oposição à comunicação monológica. O diálogo, a comunicação digital, por si, é um forte atrator para a pessoa produtora e consumidora de conteúdos da internet.

Ao longo da história da humanidade, a evolução técnica tem sido fonte de reações diametralmente opostas: de um lado, os(as) que defendem que a tecnologia será a resposta para os problemas sociais e individuais e, de outro, os(as) que atribuem um caráter maléfico a ela. Semelhantemente, durante a introdução do computador e da internet, houve tanto um otimismo que se apoiava nas possibilidades apresentadas pelo imediatismo e pela acessibilidade sem precedentes quanto críticas que alegavam que seriam responsáveis pelo fim da organização societária como era conhecida, introduzindo um futuro distópico (WACJMAN, 2006).

Guardadas as devidas proporções, esses discursos ainda estão presentes quando abordamos os sentidos e expressões das redes sociais. Por exemplo, alguns autores como Hunter et al. (2023) e Forestal (2021) defendem que as tecnologias se ajustam às intencionalidades dos(as) autores(as), por isso, seria possível fazer o uso delas com a finalidade de promover desenvolvimento, bem-estar e engajamento político de forma mais democrática.

Outros estudos mais críticos compreendem a internet como um artefato cultural (HINE, 2020), o que implica em dizer que ela não é uma entidade independente das experiências humanas, influenciando-as e sendo influenciada por elas, e que, em contextos que são estruturalmente organizados por desigualdades e exclusões, as tecnologias desenvolvidas e apropriadas não podem ser neutras. Elas são uma produção sociotécnica, conformadas pelas condições de sua criação e de seu uso, não havendo um caminho predeterminado para o desenvolvimento tecnológico, uma vez que usuários(as) podem transformar a motivação da criação das tecnologias. Existe uma "flexibilidade interpretativa" na compreensão delas que permite a alteração radical de seus significados (WACJCMAN, 2006).

Hine (2020) argumenta que os caminhos tomados pela internet, esta que inicialmente pertenceu a um arsenal de apoio à segunda guerra, hoje compõe o dia a dia das pessoas para os mais diversos fins, entretenimento, gestão financeira, aprendizagem, negócios etc.

Em uma retrospectiva histórica sobre o surgimento das redes sociais, Silveira (2017) destaca a ameaça que representou às estruturas de poder já estabelecidas quando a internet começou a se popularizar com o hipertexto e suas possibilidades de uso. O próprio modelo gráfico se tornou o principal atrativo para usuários(as). Os blogs e repositórios de vídeo ampliaram a quantidade de relatos e conteúdos compartilhados por pessoas comuns, deslocando o poder concentrado nas mídias de massa para a participação da juventude, que usufruía da convergência da cultura e das mídias. A emergência das redes sociais centralizou as interações virtuais em plataformas abertas possibilitando a horizontalização dessas interações, uma vez que facilitou trocas, engajamentos e possíveis diálogos.

> Sem dúvida, elas ampliaram as interações, tornaram viáveis as articulações massivas de personalidades do *mass media*, de microcelebridades nascidas nas redes e de até um novo tipo de ativismo. As redes sociais distribuíram o poder de convocar manifestações, protestos, de criar eventos. Elas alteraram, enfraqueceram e transformaram relações de muitos intermediários surgidos no mundo industrial (SILVEIRA, 2017, p. 31).

Houve o movimento de transição de épocas e transformações digitais, no qual o mercado não tardou em se reorganizar a fim de encontrar formas para capitalizar esse modelo. A concentração de pessoas nas redes sociais incentivou o chamado *big data* (MANSUR JR *et al.*, 2024), que faz a intermediação entre ofertantes e consumidores(as) de serviços e mercadorias. Cada clique, arrastar dos

dedos e tempo gasto em determinado conteúdo gera uma gama inquantificável de dados sobre preferências, afetos e características das pessoas e que são de grande importância para o capital. O mercado cresce e se expande na captura, análise e venda dessas informações lucrativas. Em contraparte dos(as) usuários(as), a dificuldade passa a residir não em falar, mas em ser ouvido(a) e em abrir espaços singulares de expressão, reflexão e diálogo na arena política de disputa por dados pelas grandes corporações (SILVEIRA, 2017; 2019).

Zuboff (2018) descreve o Capitalismo de vigilância como uma nova lógica de acumulação nos espaços interconectados que visa o controle e predição dos comportamentos como meio de produzir receitas e controle de mercado. O poder encontra-se distribuído nas redes, onipresente e inconteste, confundindo-se com a própria estrutura da vida digital. Ele é usado pelas *big techs* de quatro formas fundamentais: 1) Extração de dados, que resulta na transformação das experiências das pessoas em um conjunto de informações desconexas para vender e segmentar a publicidade; 2) Des-contrato, em que os contratos sociais são controlados por máquinas, prejudicando a autonomia e a governança; 3) Personalização das experiências online, o que implica na adaptação dos desejos dos indivíduos às ofertas de mercado e na passividade nas escolhas; 4) Experimentação contínua, a qual visa modificar os comportamentos dentro e fora do mundo *online* a partir da predição.

Han (2018) explica esse cenário a partir do conceito de psicopolítica, no qual as formas de controle do sistema disciplinar foram substituídas pela desinteriorização voluntária de si mesmo(a), aliada ao armazenamento de uma enorme quantidade de dados sobre indivíduos e coletivos, a fim de explorar e modificar comportamentos. Segundo o autor, o *big data* trata-se de um instrumento de dominação com potencial de influenciar a psiquê em nível pré-reflexivo, uma vez que seleciona os conteúdos que compõem o cenário social das pessoas.

Esses autores avançam na concepção foucaultiana de biopolítica e biopoder. Entre o século XIX e XX, foram desenvolvidas pelos Estados políticas de controle disciplinar a fim de reprimir e moldar os corpos para sua forma mais produtiva. Essas tecnologias evoluíram para a lógica neoliberal, o que Deleuze *apud* Monteiro (2018) chamou de sociedade do controle, em que o poder é organizado para a assimilação e controle de processos psicológicos, como motivação, atenção e crenças. A repressão externa, representada pelo panóptico, foi internalizada pelos próprios indivíduos, fazendo seu autocontrole dentro das normas difundidas. O conceito de modulação desenvolvido por Deleuze descreve o processo de naturalização da lógica capitalista, as quais não são mais questionáveis, posto que o controle é assumido como parte da própria identidade (MONTEIRO, 2018). Tal modulação é o que pode ser exercido pelos algoritmos.

As redes são organizadas por meio de algoritmos, aos quais somente as empresas desenvolvedoras têm acesso, mantendo-se opacos, sem transparência, aos(às) usuários(as). Os algoritmos têm a função de impulsionar conteúdos que geram mais engajamento, agindo como vetores que criam normas informais para influenciar indivíduos e coletividades e atribuindo obrigações, permissões e recursos a ações humanas de modo quase não identificável. Podemos dizer que existe certa capacidade de ação por parte dos algoritmos dessas plataformas, contudo, ela se resume a decisões baseadas na lógica custo-benefício, enquanto seres humanos agem de acordo com uma autocompreensão que inclui um amplo senso de propósito e formas de consciência que não estão presentes nas peças de *software* que implementam a ação algorítmica (MENDONÇA, ALMEIDA E FIGUEIRA, 2024).

Pode-se problematizar o debate, principalmente a partir da compreensão ontológica da subjetividade como unidade simbólica-emocional do universo psíquico humano. A subjetividade, como compreendida pela Teoria da Subjetividade, rejeita qualquer conceito ou princípio universal, uma vez que é um sistema aberto, configuracionalmente organizado, complexo, autorregulador, processual e autogerador. Isso significa que não há linearidade entre os eventos ou experiências e as produções subjetivas das pessoas e grupos, excluindo qualquer possibilidade de determinismo social e dando visibilidade à capacidade criadora dos seres humanos (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2025).

AS REDES SOCIAIS E O ATIVISMO FEMININO COMO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA DE COLETIVOS

A análise do ativismo de mulheres nas redes sociais a partir da Teoria da Subjetividade torna-se significativa à medida em que, historicamente, foram excluídas dos processos de desenvolvimento de tecnologias, mantendo no imaginário social a dicotomia entre desenvolvedores (homens) e consumidoras (mulheres) (WAJCMAN, 2006). O silenciamento histórico nesse campo se apresenta como expressão do machismo, e falar contra as ideologias dominantes é um ato de resistência estratégico em prol do desenvolvimento humano.

Na subjetividade social manifestam-se os atos de dominação praticados na internet como o machismo, o racismo, o colonialismo, a exploração de classe etc. Nesse contexto, a Epistemologia Feminista Decolonial compõe parte explicativa do fenômeno:

> É necessária uma releitura da "História", das histórias, para situá-las em contextos traspassados pelo colonialismo, ter uma compreensão mais complexa das opressões como partes intrínsecas da colonialidade contemporânea e, desde aí, tecer nossa teorização e direcionar nossas práticas políticas (PICHARDO, 2014, p.48).

Partimos da premissa que as plataformas digitais têm o potencial de amplificar vozes e facilitar a mobilização social (BÜLOW; GOBBI; DIAS, 2022), embora esteja à serviço das grandes operadoras que datificam as experiências de usuários(as) e as usam para manipular e influenciar comportamentos, gerando inúmeros questionamentos éticos sobre o controle social asseverado pelo panóptico digital (ZUBOFF, 2018; HAN, 2018).

Goulart (2023) afirma que, para a superação da ideia de subjetividade vitimizada, é necessário avançar em alternativas teórico-práticas que reconheçam que as redes não representam um sistema autoritário, imutável e incomunicável. Isso quer dizer que, apesar de existir um discurso hegemônico nas redes, ainda há espaço para questionamentos e transformações sociais, o que as teorias psicológicas precisam reconhecer como campo de estudo.

Ramos (2022) pondera o potencial de desenvolvimento oferecido pelas redes a partir de suas contradições. Segundo a autora, a tensão é característica constituinte das redes digitais, mas isso não é motivo para vilanizá-las, posto que as contradições abrem espaço para a resistência contra as hegemonias, "por onde entra o novo, o criativo e a possibilidade de promover mudanças" (p. 379). Neste sentido, trazemos uma visão contemporânea sobre o ativismo feminino nas redes sociais que podem expressar um movimento contra-hegemônico mesmo diante de uma subjetividade social dominante nas redes sociais.

Para González Rey e Mitjáns Martínez (2025) a subjetividade social se organiza a partir do discurso, das representações, das trocas e das emoções configuradas simbolicamente, na cultura, em espaços sociais, envolvendo os desdobramentos de processos que se constituem no nível macro e microssocial.

No estudo das redes sociais, as concebemos como uma variedade de formas de interação e, possivelmente, de diálogo, organizados como sistemas abertos, caóticos e de instabilidade e incerta, de natureza distinta dos espaços sociais, físicos. Nomeamos esses espaços de e-espaços conectivos, caracterizados pela historicidade de conexões não lineares, marcados pela transitoriedade, abertura e mobilidade entre o *online* e o *offline, o virtual e o presencial*. A história e o algoritmo desses espaços também são produções subjetivas, as quais são configuradas subjetivamente pelos(as) usuários(as) e geram novas produções subjetivas.

No cenário do ativismo feminino, para as autoras Scharff (2024) e Matich *et al*. (2018), esses espaços digitais, comumente utilizados para monetização e mercantilização, passaram a ser ocupados por mulheres e coletivos de mulheres que os usam para manifestações políticas podendo se tornar movimentos sociais intencionais e, concomitantemente, oportunidades de gerar vendas e rendimentos. Matich *et al*. (2020, p.2) analisam que os movimentos sociais têm buscado a conversão destes espaços das redes para

fortalecer os seus objetivos: “estão aproveitando discursos, mercados e arenas de consumo preexistentes, como a mídia social, e estão tentando transformá-los em espaços feministas de ativismo social e protesto”. As ativistas têm feito uso inovador e crítico das redes sociais, subvertendo a normatividade desses espaços que preconizam a presença de estereótipos e padrões hegemônicos e excludentes, podendo mobilizar outras formas de ver, (re)conhecer e se relacionar (MATICH et al., 2020).

Tanto as tecnologias analógicas, quanto às tecnologias digitais, mantêm certa agência e vitalidade próprias, posto que permitem a co-criação e a realização de novas práticas e a construção de significados que não podem ser pré-determinados pelas forças sociais que moldaram seu *design* (ATENAS et al., 2022; HINE, 2020; WAJCMAN, 2006). Ramos (2022) complementa:

> Uma página *web* ou uma comunidade virtual constitui-se de relações e interações contraditórias do sistema que tensionam a subjetividade individual, podendo emergir um indivíduo/cidadão ativo e crítico que rompe com esse grupo social ou um indivíduo passivo, que continua integrando seu grupo, mesmo que tensionado subjetivamente (p. 375-376).

Seguindo essa lógica, Galpin (2022) afirma que, além de interagir com amigos ou familiares, essas plataformas passaram a ser a principal fonte de informação das pessoas, emergindo como canal de debates políticos e ferramenta para o engajamento social e para a conscientização. Assim, grupos e indivíduos têm usado esses espaços para expressão e visibilização de causas humanistas sociais, visando provocar tensões e contrações que possam gerar mudanças subjetivas nos espaços *online* e *offline*.

Para Sales et al. (2018) o ativismo constitui-se como uma metodologia para gerar ações coletivas de mudanças sociais e políticas a fim de reconfigurar normas sociais vigentes, caracterizando-se por: favorecimento de relações horizontais, organização em redes descentralizadas e autônomas e o reconhecimento da pluralidade de interesses dos(as) diversos autores(as). Diante dessas características, podemos afirmar que as redes sociais são espaço propício para o exercício do ativismo. Tendo em vista o fato de serem plataformas de fácil participação, é possível ver representados grupos historicamente marginalizados, como mulheres, pessoas racializadas, pessoas com deficiência etc. Conforme Castillo-Esparcia *et al*. (2023), as plataformas digitais se tornaram espaços em que se pode apoiar causas sociais e políticas, fazer parte de grupos e coletivos, organizar protestos *online* e *offline*, influenciar agendas políticas etc.

O ativismo digital pode ser compreendido como a criação de estratégias que pelo poder da ação disruptiva, subversiva, gera recursos de reflexividade, expondo uma outra face da produção subjetiva, que abre caminhos de significação para o inédito, o desconhecido: a atividade de usuários(as) se constituem de forma contraditória, disruptiva e singular em um campo extenso de eventos sociais que integram narrativas, imagens e dados, ampliados pela capacidade das redes de engajar, mobilizar e revelar questões

invisibilizadas por estruturas de dominação (GALPIN, 2022). É considerado um fenômeno difuso, moldado pelas estruturas tecnológicas (cabos, códigos, aplicativos etc.) e pelas estruturas políticas, econômicas e sociais (BARBALA, 2022).

Bülow, Gobbi e Dias (2022) definem o ativismo digital mediante duas características: o conjunto de práticas de indivíduos ou grupos cujo objetivo é contestar ou defender ideias ou instituições que organizam relações de poder e a apropriação ou transformação de tecnologias digitais. O foco dessa definição está na criação de novas ações mediante a reflexão e no caráter relacional, posto que a força política dessas ações deriva de processos relacionais que só podem ser compreendidos a partir da dinâmica e da estrutura das redes. Sobre isso, afirmam que:

> ao conferirmos agência aos atores e não à tecnologia, não o fazemos em prejuízo de reconhecer que a arquitetura da *web*, de plataformas digitais e os algoritmos que estruturam essas tecnologias interagem com e influenciam a atividade de seus usuários; pelo contrário, entendemos que a agência existe e também deve ser localizada nos sujeitos que são responsáveis pelo desenho dessas tecnologias, identificando-os como atores políticos cujas ações têm impactos importantes para o ativismo (BÜLOW; GOBBI; DIAS, 2022, p. 315).

Nesse cenário, Edwards *et al*. (2020) desvelam a contradição presente nas redes, onde as plataformas são dispositivos para a expressão e manifestação política, auxiliando em importantes movimentos políticos no mundo, e paradoxalmente, abrem espaço para a apropriação do discurso e da estética de movimentos políticos por indivíduos e grupos de forma irrefletida a fim de fortalecer algumas vozes em detrimento de outras.

Das estratégias hegemônicas das plataformas, observa-se ativistas adaptando o seu discurso e escolhas estéticas à lógica dos algoritmos para obterem visibilidade do conteúdo produzido. Consideramos essas práticas hegemônicas na medida em que esses algoritmos são desenvolvidos e regulados por grandes empresas no sul global, guiadas por interesses neoliberais que favorecem grupos de interesse mais estabilizados e com mais recursos econômicos (CASTILLO-ESPARCIA *et al*., 2023).

Por outro lado, a fim de evitar a invisibilidade algorítmica, é comum que ativistas recorram a memes e outras tendências virais para serem incorporados(as) pelos algoritmos. Essa é uma prática que estimula a criatividade dos(as) ativistas e pode permitir que alcancem grupos que não procuram ativamente por esse tipo de conteúdo. No entanto, é importante ressaltar que essas produções devem ser complementadas em plataformas que ofereçam mais tempo e espaço de troca e de reflexão (CASTILLO-ESPARCIA *et al*., 2023).

Seguindo essa perspectiva, muitos são os movimentos políticos que se associaram às oportunidades de consumo (#freethenipple, #bodypositivity, Marcha das vadias etc.). Eles incentivam o empreendedorismo e atividades ligadas ao mercado e promovem novas estéticas culturais por meio de

associações e apropriação dos símbolos desses movimentos, transformando os próprios movimentos e as pessoas em marcas que ajudam a vender não só imagens e ideais, mas também produtos por meio de parcerias, haja vista que é lucrativo às empresas e aos(às) ativistas se associarem às imagens desses grupos de maneira superficial e genérica (MATICH *et al*., 2019).

Ativistas digitais, entrevistadas por Scharff (2023), consideram diferenças importantes entre o trabalho de ativistas e de influenciadoras. As primeiras teriam suas ações voltadas para a mudança social e política, enquanto as segundas, à lógica de autopromoção e monetização. No entanto, mesmo expressando essa distinção, muitas mulheres ativistas monetizaram suas atividades e conteúdos, apresentando uma tensão entre ideais políticos e práticas econômicas e minimizando a forma como o neoliberalismo estrutura os modos contemporâneos de ativismo. Essa negociação entre as demandas de sobrevivência dentro do modelo capitalista de produção e o compromisso político põe em relevo a complexidade do agenciamento feminino no ativismo digital.

Desse modo, podemos afirmar que não há um único caminho possível para as mulheres ativistas digitais se posicionarem. Elas podem construir e utilizar suas plataformas para promover a conscientização e a mobilização pelo tensionamento dos padrões hegemônicos, abrindo vias para mudanças coletivas frente aos modelos de dominação, ou lançar mão da estética ativista como estratégia de ascensão a outras classes e espaços sociais, na tentativa de uma emancipação individual. Nesse aspecto, importa considerar que a ação ativista não implica necessariamente na emergência de agentes e sujeitas, posto que expressões simbólicas-sociais-normativas podem ser predominantes, não oportunizando o engajamento motivacional esperado do ativismo responsável socialmente, com compromissos e práticas sociais inovadoras.

A investigação da ação ativista de mulheres em um cenário dinâmico e complexo como o das redes sociais demanda teoria e metodologia que possam gerar inteligibilidade sobre as contradições no nível individual e social.

Compreendendo a subjetividade como "produtora de mundos imaginários, construídos como produções simbólicas que se convertem em parte do mundo real" (GONZÁLEZ REY, 2022, p.38), é possível aprofundar as reflexões sobre a ação ativista como questionadora das organizações normativas e propositora de novos cenários para a sociedade. A criatividade, ação essencial da subjetividade humana, também participa da ação ativista como um processo bidirecional das subjetividades individuais e sociais "para a produção de algo novo e valoroso para algum campo da atividade humana" (CAMPOLINA, 2022, p. 319).

Partindo da concepção da Teoria da Subjetividade, de que somos geradores(as) (e não simples reprodutores(as)) da nossa realidade, compreendemos que o comportamento humano pode estar

subjetivado quando produz unidades simbólicas emocionais geradoras de sentidos subjetivos, que são forjados na trama social e na experiência atual de cada um(a) no contexto da cultura. Esse movimento da subjetividade, por meio das tensões e contradições constituídas por certos valores hegemônicos e normativos, favorece a abertura de novas vias de subjetivação, de subversão, para a emergência de sujeitos(as), que transcendem as regras e normas dos espaços sociais, inclusive das redes digitais (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2025).

Os tensionamentos vivenciados pelas ativistas podem abrir possibilidades para a produção subjetiva dessas mulheres, possibilitando mudanças subjetivas decorrentes da ação ativista. Rossato e Ramos (2020) argumentam que os movimentos da subjetividade são mudanças complexas que ganham certa estabilidade e impactam em outras esferas da vida. As tensões se organizam como força motriz, mobilizadora de recursos subjetivos, já constituídos na história ou gerados por diferentes tensões que ocorrem durante alguma atividade ou relação que vai além da experiência imediata.

Na Teoria da Subjetividade, duas categorias teóricas relevantes para a compreensão dos processos de enfrentamento e resistência são a categoria de agente e de sujeito(a). O(A) agente é a pessoa ou grupo que se posiciona, tem produções intelectuais, faz compromissos, toma decisões etc., mas que não transcende o espaço normativo. Entretanto, o sujeito ou sujeita abre vias para mudanças e resistências e cria formas de subjetivação para além das ideologias hegemônicas, o que torna possível a subversão, a criação e a novidade, inerente à atividade humana (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2025).

É importante salientar que o(a) sujeito(a) se manifesta na transcendência dos espaços sociais normativos, não como reprodução de bandeiras e atos dominantes na subjetividade social e individual. A sua agência não pode ser identificada em comportamentos, mas, no campo da subjetivação em tensionamento com o espaço social (Rossato, 2022). Os limites das ações de sujeitos(as) são as produções simbólicas da cultura, aliadas aos recursos subjetivos de cada um(a), para desafiar os espaços existenciais da experiência, por meio dos quais a criatividade como produção subjetiva em ação se desenvolve (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2025).

É essencial explorar as possibilidades que as categorias agente e sujeito(a) permitem na investigação sobre ativismo digital, uma vez que representam as produções subversivas e criativas das pessoas e grupos diante das práticas e discursos dominantes. De acordo com González Rey e Mitjáns Martínez (2025, p.72)

> O agente e o sujeito propostos por nós não são a-históricos, não são estáticos, não estão substanciados numa condição subjetiva original. Trata-se de um indivíduo ou grupo com a capacidade de se posicionar, de gerar, com seus posicionamentos, processos que estão para além de seu controle e de sua consciência.

No que se refere às experiências nos universos *online* e *offline*, podemos afirmar que a produção subjetiva em ambos espaços é dinâmica e contínua, o que significa que dizer que o fluxo de sentidos subjetivos gerados tem reverberações na subjetividade individual e social, integrando experiências passadas e presentes, tanto virtual quanto fisicamente. Conforme Ramos (2022), as trocas simbólicas e afetivas que ocorrem no meio digital mobilizam a produção subjetiva e podem ser fonte de mudanças subjetivas na medida em que apresenta um grande fluxo de interações e tensionamentos sem igual na realidade material.

Dessa forma, argumentamos que, diferentemente do que afirmam concepções negativistas sobre o agenciamento nas redes e o ativismo digital, ele apresenta um potencial considerável tanto para o desenvolvimento subjetivo quanto para a transformação social que não pode ser ignorado pelas produções científicas. Entretanto, há que se refletir sobre as categorias conceituais disponíveis para estes estudos, exigindo, inclusive uma contra narrativa que enfrente a narrativa do tudo está dado, com a narrativa, tudo está em construção, tendo em vista suas possibilidades e limitações para o estudo de fenômenos complexos que demandam uma abordagem inter e multidisciplinar.

A partir dessa discussão, destacamos que tanto no senso comum como em parte significativa da comunidade científica (ZUBOFF, 2018; BRUNO, BENTES, FALTAY, 2019; GUARESCHI, 2017), podemos identificar o discurso e as narrativas produzidas pela subjetividade social de que o *big data* e as *big techs* representam estruturas de dominação inescapáveis as pessoas e coletivos, de forma que não seria possível resistir ao controle da tecnologia. Tem sido construído o princípio orquestrador de que o avanço tecnológico é inevitável, sendo atribuída agência e autonomia às tecnologias. Contudo, importa ressaltar que as tecnologias são artefatos sociotécnicos, e a organização das tecnologias digitais acontece dentro de um contexto histórico e cultural de acúmulo de riquezas e exploração humana. Segundo Goulart (2023), não há tecnologia que não seja dessubjetivada, ou seja, que não seja produto da subjetividade humana, o que implica em dizer que foram construídas segundo os fins da subjetividade social dominante e que não podem ser entendidas "enquanto realidades herméticas, inexoráveis e relativamente externas à capacidade de agência dos indivíduos e distintos grupos sociais" (p. 162).

Dessa forma, problematizamos que a narrativa de controle social inevitável e de geração de subjetividades passivas e capturadas pela lógica algorítmica existe como mais um recurso de dominação que visa silenciar e dificultar qualquer forma de resistência individual ou coletiva e a construção de alternativas possíveis ao contexto atual. Essas perspectivas desconsideram a natureza dos processos psíquicos e sua interdependência com a própria subjetividade em sua capacidade autogeradora, não como reflexo do mundo externo.

Inteligência artificial, aprendizagem de máquina e algoritmos trabalham a partir da lógica estatística de correlação, com vistas à previsibilidade e manipulação de comportamentos. Destacamos que a singularidade, os acidentes e o improvável são completamente estranhos ao *big data*, o que segundo Han (2018) os faz completamente cegos ao futuro, uma vez que é justamente o singular e o improvável que guiam o futuro humano.

A Teoria da Subjetividade em sua Epistemologia Qualitativa tem como princípio a singularidade das pessoas e grupos, compreendendo os processos subjetivos como, complexo, contraditório, imprevisível e, principalmente, incapturável por qualquer estrutura de poder ou tecnologia. A subjetividade humana é gerada em um processo vivo, dinâmico e recursivo, sem se render a reducionismos individualistas ou determinismos sociais. Evidenciamos que, mesmo em uma lógica de dominação difusa como do capitalismo de vigilância e da psicopolítica, não se pode deixar de considerar que: "Não há formas culturais hegemônicas que não impliquem a emergência de subjetividades de resistência" (GONZÁLEZ REY, 2012, p. 64).

Essas reflexões reforçam nosso compromisso político com a transformação social e nos motivam a investigar fenômenos como o ativismo digital de mulheres em prol de causas sociais, a fim de romper com o discurso dominante sobre as redes sociais e estimular a pesquisa científica de ações e eventos de resistência que são possíveis pela contradição inerente ao ser humano e seus artefatos culturais, inclusive as tecnologias digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio teórico, apresentamos a discussão sobre os processos contraditórios dos algoritmos nas redes sociais, sendo um possível instrumento das formas de poder do neoliberalismo e, ao mesmo tempo, espaço de tensão, questionamento, reflexão e ação política. Selecionamos a análise do fenômeno do ativismo feminino digital à luz das categorias teóricas da Teoria da Subjetividade a fim de dar inteligibilidade à essas dinâmicas complexas. Para isso, iniciamos a discussão expondo o histórico de apropriação das redes sociais tanto para fins de acumulação de capital por parte das *big techs,* quanto para amplificação de vozes historicamente marginalizadas por parte de usuários(as). Em seguida, apresentamos o ativismo digital, principalmente feminino em prol de causas sociais, visando dar visibilidade às ações de mulheres que vão na contramão da lógica de alienação, destacando a agência e autonomia individual. Finalmente, argumentamos que, por meio dessa análise e das categorias teóricas da Teoria da Subjetividade, podemos ampliar a visibilidade dada à narrativa homogeneizante de impotência diante do

big data e das *big techs*. Pretendeu-se ir além de análises discursivas e estruturantes dos discursos do capitalismo de vigilância e do neoliberalismo da psicopolítica.

Uma das contribuições do ensaio reside na reflexão sobre o valor heurístico da Teoria sobre o ativismo feminino nas redes sociais, destacando as suas categorias conceituais (subjetividade social, individual, agente, sujeito, processos subjetivos, unidade simbólica-emocional) como uma lente valiosa para entender as contradições dos movimentos sociais como dinâmicas da agência e da subjetividade de mulheres ativistas. Conforme analisado, as mulheres têm encontrado alternativas nestes espaços conectivos para emergirem como sujeitas, podendo gerar novas vias de subjetivação na subversão de padrões e discursos normativos hegemônicos, ou lançar mão da estética ativista como estratégia de ascensão a outras classes e espaços sociais, na tentativa de uma emancipação individual.

Neste contexto, desvelamos a importância de construirmos novas bases teóricas que possam funcionar como estratégias de alargamento da compreensão dos algoritmos como crucial para os movimentos de resistência no âmbito institucional, coletivo e individual.

Concluímos que nas redes sociais que não há somente a modulação de comportamentos e percepções, mas, concomitantemente, há possibilidade de tensionamento e transgressão do sistema normativo de outros espaços sociais além das redes.

Reconhecendo as limitações deste estudo que residem no fato de ser estritamente teórico, consideramos necessário novos estudos que possam investigar as produções subjetivas nos espaços conectivos das redes. E por fim, recomendamos a realização de pesquisas empíricas sobre as produções simbólicas e singulares da configuração subjetiva da ação do ativismo digital visando formular novas inteligibilidades sobre o tema e ampliando o arcabouço teórico em estudo. Destacamos que a tese de doutorado que inspirou esse ensaio busca, por meio de dinâmicas conversacionais com mulheres ativistas digitais, investigar a configuração subjetiva da ação ativista e seu potencial para emergência das sujeitas em uma perspectiva contra-hegemônica, bem como contribuir para o avanço teórico e metodológico da pesquisa sobre a subjetividade na internet.

REFERÊNCIAS

ATENAS, J. *et al*. “Feminisms, technologies and learning: continuities and contestations”. **Learning, Media and Technology**, vol. 47, n. 1, 2022.

BARBALA, A. M. “The platformization of feminism: The tensions of domesticating Instagram for activist projects”. **New Media and Society**, vol. 26, n. 10, 2024.

BRUNO, F. G.; BENTES, A. C. F.; FALTAY, P. “Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento”. **Revista Famecos**, vol. 26, n. 3, 2019.

BÜLOW, M.; GOBBI, D.; DIAS, T. "O Conceito de Ativismo Digital: uma agenda para além das fronteiras entre sistema político e sociedade civil". *In*: TATAGIBA, L. *et al*. (eds.). **Participação e ativismos**: entre retrocessos e resistências. Porto Alegre: Zouk, 2022.

CAMPOLINA, L. O. "Criatividade e Inovação: ideias centrais e avanços teóricos na perspectiva da Teoria da Subjetividade". *In*: MITJÁNS MARTÍNEZ, A. *et al*. (eds.). **Teoria da Subjetividade como perspectiva crítica**: desenvolvimento, implicações e desafios atuais. Campinas: Editora Alínea, 2022.

CASTILLO-ESPARCIA, A. *et al*. "Evolution of digital activism on social media: opportunities and challenges". **Profesional de la información**, vol. 32, n. 3, 2023.

EDWARDS, L. *et al*. "Communicating feminist politics? The double-edged sword of using social media in a feminist organisation". **Feminist Media Studies**, vol. 20, n. 5, 2020.

FORESTAL, J. "Digital Technologies and the Problem of Democracy". *In*: FORESTAL, J. **Designing for Democracy**: How to Build Community in Digital Environments. New York: Oxford Academic, 2021.

GALPIN, C. "At the digital margins? A theoretical examination of social media engagement using intersectional feminism". **Politics and Governance**, vol. 10, n. 1, 2022.

GONZÁLEZ REY, F. "La subjetividad en psicología: su importancia para una psicología crítica". *In*: OSORIO, J. M. F.; BRAVO, O. (orgs.). **Caminando por las veredas de la psicologia**. Cali: Universidad ICESI, 2022.

GONZÁLEZ REY, F. "The topic of subjectivity in psychology: Contradictions, paths and new alternatives". **Journal for the Theory of Social Behaviour**, vol. 47, n. 4, 2017.

GONZÁLEZ REY, F. L. "La subjetividad y su significación para el estudio de los procesos políticos: sujeto, sociedad y política". *In*: ECHANDÍA, C. P. *et al*. (eds.). **Subjetividades políticas**: desafíos y debates latinoamericanos. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2012.

GONZÁLEZ REY, F. L.; MITJÁNS MARTÍNEZ, A. **Subjectivity**: Theory, Epistemology and Method. Singapore: Springer Nature, 2025.

GOULART, D. M. "Redes sociais, manipulações e possibilidades: contribuições da Teoria da Subjetividade". *In*: FERREIRA, M. R. *et al*. (eds.). **Estamos sob ataque! Tecnologias de Comunicação nas disputas de subjetividades**. São Paulo: Instituto Silvia Lane, 2023.

GUARESCHI, P. A. "Psicologia e Pós-Verdade". *In*: GUARESCHI, P. A. *et al*. (eds.). **Psicologia, comunicação e pós-verdade**. Florianópolis: ABRAPSO, 2019.

HAN, B. C. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

HINE, C. **Ethnography for the internet**: Embedded, embodied and everyday. London: Routledge, 2020.

HUNTER, J. *et al*. "Editorial: The good side of technology: how we can harness the positive potential of digital technology to maximize well-being". **Frontiers in Psychology**, vol. 14, 2023.

KROSS, E. *et al*. "Social media and well-being: Pitfalls, progress, and next steps". **Trends in cognitive sciences**, vol. 25, n. 1, 2021.

MANSUR JÚNIOR, J. L. *et al*. "Sistema de créditos sociais chinês: um estudo sobre tecnologia, ética e vigilância social". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 22, n. 66, 2025.

MATICH, M.; ASHMAN, R.; PARSONS, E. "#freethenipple – digital activism and embodiment in the contemporary feminist movement". **Consumption Markets and Culture**, vol. 22, n. 4, 2018.

MENDONÇA, R. F.; ALMEIDA, V.; FILGUEIRAS, F. **Algorithmic Institutionalism**: the changing rules of social and political life. Oxford: Oxford University Press, 2024.

MONTEIRO, C. "Da biopolítica à modulação: psicologia social e algoritmos como agentes da assimilação neoliberal". *In*: SOUZA, J.; AVELINO, J.; SILVEIRA, S. A. **A sociedade do controle**: manipulação e modulação nas redes sociais. São Paulo: Editora Hedra, 2018.

PICHARDO, O. C. "Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial". *In*: AZKUE, I. M. *et al*. (eds.). **Otras Formas de (Re)conocer**: Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista. Bilbao: Lankopi, 2014.

RAMOS, W. W. "Aprendizagem e comunicação na cultura digital: um olhar a partir da Teoria da Subjetividade". *In*: MITJÁNS MARTÍNEZ, A. *et al*. (eds.). **Teoria da Subjetividade como perspectiva crítica**: desenvolvimento, implicações e desafios atuais. Campinas: Alínea, 2022.

ROSSATO, M. "A emergência do sujeito em diferentes contextos de pesquisa e práticas sociais". *In*: MITJÁNS MARTÍNEZ, A. *et al*. (eds.). **Teoria da Subjetividade como perspectiva crítica**: desenvolvimento, implicações e desafios atuais. Campinas: Alínea, 2022.

ROSSATO, M.; RAMOS, W.-M. "Subjectivity in the development processes of the person: complexities and challenges in the work of Fernando González Rey". **Studies in Psychology Estudios de Psicología**, vol. 41, n. 1, 2020.

SALES, A. L. L. F.; FONTES, F. F.; YASUI, S. "Para (re)colocar um problema: a militância em questão". **Temas em Psicologia**, vol. 26, n. 2, 2018.

SCHARFF, C. "Are we all influencers now? Feminist activists discuss the distinction between being an activist and an influencer". **Feminist Theory**, vol. 25, n. 3, 2023.

SILVEIRA, S. A. "A noção de modulação e os sistemas algorítmicos". **PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM**, vol. 3, n. 6, 2019.

SILVEIRA, S. A. **Tudo sobre tod@s**: Redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais. São Paulo: Edições Sesc, 2017.

STATISTA. "Number of worldwide social network users from 2017 to 2028." **Statista** [2025]. Disponível em: <www.statista.com>. Acesso em: 12/09/2025.

WAJCMAN, J. **El tecnofeminismo**. Valencia: Universitat de València, 2006.

ZUBOFF, S. "Big Other: Capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação". *In*: BRUNO, F. *et al*. **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VII | Volume 24 | Nº 71 | Boa Vista|2025

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima